



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº, DE 2021
(Dep. Schiavinato)

Apresentação: 03/03/2021 12:03 - Mesa

PL n.674/2021

Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, que dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira, para autorizar a ratificação de registros imobiliários referentes a imóveis rurais cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera administrativa ou judicial por órgão ou entidade da administração federal direta ou indireta; e para estender os prazos para requerer a ratificação, mediante certificação do georreferenciamento do imóvel e a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural para fins de de ratificação dos registros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º...

§ 1º As ratificações de que trata o caput deste artigo aplicam-se a exceção constante do inciso II do caput do art. 1º e a regra prevista no parágrafo único do mesmo artigo.

§ 2º Os interessados em obter a ratificação de que trata o caput deverão requerer a certificação e a atualização de que tratam os incisos I e II do caput no prazo de dez anos a partir da publicação desta Lei.

Documento eletrônico assinado por Schiavinato (PP/PR), através do ponto SDR_56469, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato de Edição da Mesa n. 80 de 2016.



* C D 2 1 5 8 4 4 0 3 3 9 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 2º Fica revogado o inciso I do art. 1º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2021.

Schiavinato

Deputado Federal – Progressistas - PR

Apresentação: 03/03/2021 12:03 - Mesa

PL n.674/2021

Documento eletrônico assinado por Schiavinato (PP/PR), através do ponto SDR_56469, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato



* CD 215844033900*

ExEdit



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei objetiva prorrogar o prazo, a fim de que o detentor do título de alienação ou de concessão de terra, tenha um tempo mais dilatado para requerer ao INCRA a sua ratificação, uma vez que é dificultoso em se obter todos os documentos exigidos para compor os processos de pedido de ratificação, pelas mais variadas razões.

Vejamos o que diz a norma atual:

“ ...

LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São ratificados pelos efeitos desta Lei os registros imobiliários referentes a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação desta Lei, desde que a área de cada registro não exceda ao limite de quinze módulos fiscais, exceto os registros imobiliários referentes a imóveis rurais:

I - cujo domínio esteja sendo questionado ou reivindicado na esfera administrativa ou judicial por órgão ou entidade da administração federal direta e indireta; **(dispositivo a ser revogado pelo Projeto de Lei em questão)**

II - que sejam objeto de ações de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária ajuizadas até a data de publicação desta Lei.

Parágrafo único. Na hipótese de haver sobreposição entre a área correspondente ao registro ratificado e a área correspondente a título de domínio de outro particular, a ratificação não produzirá efeitos na definição de qual direito prevalecerá.

Art. 2º Os registros imobiliários referentes aos imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas expedidos pelos Estados em faixa de fronteira, incluindo os seus desmembramentos e remembramentos, devidamente inscritos no Registro de Imóveis até a data de publicação desta Lei, com área superior a quinze módulos fiscais, serão ratificados desde que os interessados obtenham no órgão federal responsável:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - a certificação do georreferenciamento do imóvel, nos termos dos [§§ 3º e 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973](#); e

II - a atualização da inscrição do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural, instituído pela [Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972](#).

§ 1º Às ratificações de que trata o **caput** deste artigo aplicam-se as exceções constantes dos incisos I e II do **caput** do art. 1º e a regra prevista no parágrafo único do mesmo artigo. **(dispositivo alterado pelo Projeto de Lei em questão)**

§ 2º Os interessados em obter a ratificação de que trata o **caput** deverão requerer a certificação e a atualização de que tratam os incisos I e II do **caput** no prazo de quatro anos a partir da publicação desta Lei. **(dispositivo alterado pelo Projeto de Lei em questão)**

§ 3º O requerimento de que trata o § 2º será apreciado pelo órgão federal responsável em até dois anos do pedido, salvo se houver diligências propostas pela autarquia agrária referentes à certificação do georreferenciamento do imóvel, hipótese na qual o período utilizado pelo proprietário para seu atendimento deverá ser debitado do prazo total de análise.

§ 4º Não se admitirá a ratificação pelo decurso do prazo de que trata o § 3º.

§ 5º Decorrido o prazo constante do § 2º sem que o interessado tenha requerido as providências dispostas nos incisos I e II do **caput**, ou na hipótese de a ratificação não ser possível, o órgão federal responsável deverá requerer o registro do imóvel em nome da União ao Cartório de Registro de Imóveis.

§ 6º A ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis com área superior a dois mil e quinhentos hectares ficará condicionada à aprovação do Congresso Nacional, nos termos do [§ 1º do art. 188 da Constituição Federal](#).

§ 7º O encaminhamento ao Congresso Nacional para o fim disposto no § 6º dar-se-á nos termos do regulamento.

Art. 3º A ratificação prevista nos arts. 1º e 2º alcançará os registros imobiliários oriundos de alienações e concessões de terras devolutas:

I - federais, efetuadas pelos Estados:

a) na faixa de até sessenta e seis quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período compreendido entre o início da vigência da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, até o início da vigência da [Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966](#); e

b) na faixa de sessenta e seis a cento e cinquenta quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período compreendido entre o início da vigência da [Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955](#), até o início da vigência da [Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966](#);

II - estaduais, efetuadas pelos Estados sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

a) na faixa de sessenta e seis a cem quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período entre o início da vigência da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, até o início da vigência da [Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955](#); e

b) na faixa de cem a cento e cinquenta quilômetros de largura, a partir da linha de fronteira, no período entre o início da vigência da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, até o início da vigência da [Lei nº 2.597, de 5 de julho de 1955](#).

Art. 4º Caso a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária recaia sobre imóvel rural, inscrito no Registro Geral de Imóveis em nome de particular, que não tenha sido destacado, validamente, do domínio público por título formal ou por força de legislação específica, o Estado no qual esteja situada a área será citado para integrar a ação de desapropriação.

§ 1º Nas ações judiciais em andamento, o órgão federal responsável requererá a citação do Estado.

§ 2º Em qualquer hipótese, feita a citação, se o Estado reivindicar o domínio do imóvel, o valor depositado ficará retido até decisão final sobre a propriedade da área.

§ 3º Nas situações de que trata este artigo, caso venha a ser reconhecido o domínio do Estado sobre a área, fica a União previamente autorizada a desapropriar o imóvel rural de domínio do Estado, prosseguindo a ação de desapropriação em relação a este.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos quarenta e cinco dias de sua publicação oficial.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o [Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975](#); e

II - a [Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999](#).

Brasília, 22 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF

Aldo Rebelo

Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber

Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.10.2015

...”

Nosso país tem extensão continental, e em muitos lugares os legítimos proprietários não procederam a ratificação dentro do prazo concedido pela Lei nº 13.178, de 2015. Há sim a necessidade de dilatar este prazo para dar maior segurança jurídica, como já ocorrerá em outros momentos.

Muitos proprietários, por razões diversas, não conseguiram ratificar





CÂMARA DOS DEPUTADOS

seus títulos, razão pela qual se faz necessário protelar o prazo para atender ao que determina a norma.

Outro importante ponto a ser atacado e que à ratificação não deve depender de circunstâncias alheias à origem dos títulos, como a que diz respeito à existência de procedimento administrativo ou judicial por parte de órgãos federais que questione o domínio do proprietário, sendo necessário o expurgo deste tipo de ato da norma. Por si só não havendo contestação nas várias transmissões seriam o suficiente para provar a boa fé. O excesso de legalismo atrapalha o desenvolvimento do país.

Se a União já reconheceu na Lei nº 13.178, de 2015 como legítimas, as alienações ou concessões promovidas pelos Estados, deve fazê-lo de forma igual para todos aqueles que se encontrem na mesma situação jurídica. A circunstância de haver ou não procedimento administrativo ou ação judicial questionando o domínio não deveria interferir na questão de direito material, que diz respeito à origem dos títulos.

Em face do exposto e, por entender que a medida se releva justa e oportuna, apresentamos o presente projeto, contando desde já, com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 02 de março de 2021.

Schiavinato
Deputado Federal – Progressistas - PR

